

PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE PAIÇANDU-PR

Tsugie Kawano

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO
oycarmen@msn.com

Sergio Fajardo

Doutor em Geografia pela UNESP, professor Associado do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO
sergiofajardo@hotmail.com

RESUMO: Em Paiçandu-PR, a partir da década de 1970, a cultura cafeeira foi gradativamente sendo substituída por lavouras mecanizadas, sobretudo, a cultura da soja e do milho. Com isso, vêm ocorrendo transformações na estrutura fundiária, nos aspectos demográficos, na produção agrícola e nas relações de trabalho. Com o novo modelo agrícola, os agricultores familiares passaram a ter dificuldades para se manterem no campo. Sendo assim, na exploração familiar, a tendência foi a realização da pluriatividade. Em vista disso, este artigo tem como objetivo analisar a pluriatividade na agricultura familiar no município de Paiçandu-PR, mais especificamente no que se refere à tipologia e aos motivos que levam esses agricultores a praticarem a pluriatividade. Como procedimento metodológico, no primeiro momento, realizamos a revisão bibliográfica. Em segunda instância, desenvolvemos pesquisa de campo com questionários e entrevistas semiestruturadas dialogadas não nominais com os agricultores familiares e com o responsável pelo IDR de Paiçandu. Os resultados obtidos indicam que, nas propriedades familiares estudadas nesse município, o principal tipo de pluriatividade encontrado foi a pluriatividade para-agrícola. Constatou-se também que esses produtores rurais buscam, na pluriatividade, uma complementação de renda, assim como uma forma de diversificação da renda familiar.

Palavras-chave: Estrutura fundiária. Modernização agrícola. Espaço rural. Pluriatividade.

PLURIATIVIDADE EM AGRICULTURA FAMILIAR NA MUNICIPALIDADE DE PAIÇANDU - PR

ABSTRACT: Since the 1970s, mechanized farming, particularly of soybeans and corn, has gradually displaced coffee farming in Paiçandu, PR. As a result, there have been changes in labor relations, agricultural production, demographics, and land ownership structure. Due to the new agriculture model family farmers began to have trouble supporting themselves in the field, which created a tendency to pluriactivity on the farmland. This study aims to analyze pluriactivity in family farming in the municipality of Paiçandu-PR, specifically with regard to the typology and factors that motivate these farmers to engage in pluriactivity. As a first step in our methodological process, we reviewed the existing literature. In the second instance, we developed field research with questionnaires and semi-structured interviews with non-nominal dialogues with family farmers and with the person responsible for the Paiçandu IDR. The findings show that para-agricultural pluriactivity was the most prevalent type in the family farms studied in this municipality. Furthermore, it was discovered that these rural producers seek both a complementation of their own income as well as a way to diversify their family's income through pluriactivity.

Keywords: Land structure. Agricultural modernization. Rural space. Pluriactivity.

1 INTRODUÇÃO

O Norte do Paraná, inclusive Paiçandu, teve a sua colonização por iniciativa privada de várias companhias, com destaque para a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). Para tanto, o processo de ocupação mais efetiva que ocorreu na região Norte paranaense foi no início do século XX, mais precisamente a partir de 1929. A partir de 1951, essa companhia colonizadora passou a ser denominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP).

A Companhia colonizadora dividiu as terras preferencialmente em pequenos lotes e os vendeu em suaves prestações, atraindo muitas famílias; dessa forma, estas tiveram a possibilidade de comprar pequenos imóveis rurais e pagá-los parceladamente. Portanto, a estrutura da pequena e da média propriedade rural de Paiçandu foi a estratégia adotada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. As terras foram adquiridas pelas correntes migratórias que vieram de antigas regiões cafeeiras do país, sobretudo dos estados de São Paulo e de Minas Gerais (CMNP, 1975).

A partir da década de 1970, o Norte do Paraná sofreu o processo de modernização agrícola, pois a lavoura cafeeira foi sendo substituída por soja, milho e trigo, que são culturas altamente mecanizadas. Essa substituição do café por outras culturas foi decorrente de diversos fatores, tais como: o excesso de produção, resultando na erradicação dos cafezais; o

desestímulo praticado pelo Governo Federal; mercados internacionais; o esgotamento do solo; a forte geada de 1975, dentre outros, de modo que a cultura cafeeira, aos poucos, foi declinando.

Para tanto, a modernização da agricultura, refere-se à utilização de insumos, técnicas e tecnologias modernas que ocorreu durante o regime militar, o qual gerou mais produtividade no campo, mas que também, resultou em uma série de consequências negativas, pois aumentar a produtividade agropecuária, mas não resolveu o problema da fome no Brasil e no mundo.

No Brasil, aumentou-se a produtividade, mas a maior parte dessa produção é voltada para a exportação, que é bom do ponto de vista econômico. Do ponto de vista social, gerou o desemprego em função da mecanização no campo, pois as máquinas substituíram muitos serviços braçais, que antes eram realizados por homens; a perda de terras e consequentemente no esvaziamento do meio rural, ocorrendo a migração do trabalhador rural para as áreas urbanas em busca de emprego e melhores condições de vida. Na questão ambiental, resultou na degradação do meio ambiente em função dos agrotóxicos utilizados nas lavouras.

Contudo, na região Norte do Paraná, a principal economia, desde a sua efetiva ocupação, ocorrida no início do século XX, até o final da década de 1960, foi o café (Cancian, 1977). A partir da década de 1980, o uso da terra passou a ser destinado a lavouras mecanizadas, principalmente da soja e do milho, cultivadas em extensas áreas para serem economicamente rentáveis.

Diante disso, os pequenos proprietários, arrendatários e parceiros que não conseguem se inserir a essa nova tendência de produção, acabam sendo desterritorializados e expropriados. Mas também tiveram os que conseguiram se manter no campo através da pluriatividade. Contudo, parte-se da hipótese de que, atualmente, o produtor familiar passou a buscar mecanismos para a sua reprodução social e econômica, diversificando a sua produção agrícola e realizando atividades não agrícolas para complementarem suas rendas. A pluriatividade, que é um fenômeno que se caracteriza pela prática de atividade agrícola combinada com atividades não agrícolas, tais como turismo, agroindústria, artesanato etc. Essa prática pode envolver tanto atividades realizadas nas próprias propriedades rurais como atividades remuneradas na cidade.

Tendo isso em vista, este artigo tem como objetivo analisar a pluriatividade na agricultura familiar no município de Paiçandu-PR, mais especificamente no que se refere à tipologia e aos motivos que levam os agricultores a praticarem a pluriatividade.

Este trabalho está estruturado em três seções. A primeira, foi sustentada em referenciais bibliográficos de autores que tratam da temática desta pesquisa como Anjos (2003), Escher et al. (2014), Kageyama (2003), Mattei (1999; 2007), Schneider (2003a; 2003b; 2006; 2009; 2010; 2013) e Silva (2013). Assim como também em dados de informações socioeconômicas obtidas em sites e emitidas pelos seguintes órgãos governamentais: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR), o qual, por sua vez, está vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

A segunda, apresenta a caracterização da área de estudo. E a terceira, trata da contextualização da pluriatividade no município de Paiçandu-PR. Esse é o momento em que foram sistematizadas as informações obtidas em campo e apresentados os resultados da pesquisa. Essa etapa, foi sustentada em dados de campo, sendo que, para a coleta desses dados, foram realizadas questionários e entrevistas semiestruturadas dialogadas não nominais com os agricultores familiares e com o responsável pelo IDR de Paiçandu.

O recorte espacial para o estudo foi o município de Paiçandu-PR, uma vez que o município apresenta o predomínio de pequenas propriedades rurais e, como a pluriatividade é um fenômeno que se encontra principalmente em pequenas propriedades, tal escolha se justifica por esse fato. De acordo com Schneider (2003b, p. 230), “embora não exclusivamente, a pluriatividade é um fenômeno que pode ser observado com maior intensidade entre os agricultores familiares”.

Essa pesquisa considerou como pluriativa a família em que pelo menos um dos membros que a integra, exerce a combinação de atividades agrícolas com a não agrícolas. Diante disso, para esta pesquisa, consideramos como pluriativa a família em que pelo menos um dos membros que a integra exerce a combinação de atividades agrícolas com não agrícolas. Assim, tais informações, necessárias à análise da realidade estudada, foram sobre: caracterização das propriedades, estrutura familiar, atividade agrícola e atividade não agrícola.

A atividade de campo com a aplicação das entrevistas e questionário aos produtores rurais foi realizada em novembro de 2021. Desse modo, por meio das informações obtidas em campo, foi possível caracterizar as propriedades e os produtores entrevistados da área tomada como referência. As famílias pluriativas entrevistadas foram indicadas pelos responsáveis do

IDR local conforme a chance de abordagem. Em relação à identificação dos produtores familiares, optou-se pelo anonimato. Contudo, essas amostragens não possuem um rigor estatístico, pois optou-se pela amostragem não probabilística. De acordo com Gil (2008, p. 94), trata-se de um tipo de amostragem que, “com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população”.

Em Paiçandu, existem 52 produtores familiares pluriativos; desse modo, foram entrevistados 10 (20%) produtores desse seguimento. Os resultados foram apresentados em figuras, quadro e tabela. Assim, com a pesquisa bibliográfica e os dados de campo, torna-se possível formular o resultado desta pesquisa.

2 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A PLURIATIVIDADE NO BRASIL

No espaço rural brasileiro, a pluriatividade é um fenômeno que existe há muito tempo. Porém, apenas a partir da década de 1970 é que passou a ser estudada na literatura brasileira sob essa denominação. No Norte do Paraná, a cultura cafeeira foi substituída pela cultura de grãos (soja, milho e trigo), que utiliza práticas modernas, como a mecanização e a quimificação, para aumentar a produtividade. Esse fato resultou no aumento da externalização de etapas dos processos produtivos, na terceirização agrícola, na diminuição dos ativos rurais e na mão de obra, o que implicou a mudança estrutural no campo e na cidade. Portanto, com a disponibilidade de mão de obra dos membros das famílias, torna-se um fator que os estimula a buscar ocupação em atividades não agrícolas, ou seja, praticando a pluriatividade.

Schneider (2003b) afirma que a agricultura familiar e os temas ligados a ela, como é o caso da pluriatividade, vêm ganhando reconhecimento. Outra questão abordada por esse autor é a noção de agricultura familiar, que teve um papel importante de proteção a um conjunto de categorias sociais, tais como: “[...] assentados, arrendatários, parceiros, integrados a agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou simplesmente trabalhadores rurais” (Schneider, 2003b, p. 31). O autor informa que o que levou à consolidação da expressão agricultura familiar, em primeiro lugar, foi o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e, em segundo lugar, foi o pensamento acadêmico, especificamente na área das Ciências Sociais. Portanto, o que levou a agricultura familiar a conquistar o seu espaço foi a luta contra

o modelo econômico, social e político vigente; assim, trabalhadores rurais e pequenos produtores se mobilizaram e lutaram por uma melhor condição de vida no campo.

Existem vários autores nacionais que trabalham com o fenômeno da pluriatividade. Porém, em seus conceitos, a expressão pluriatividade tem sido amplamente utilizada no sentido de que é um fenômeno que se manifesta, principalmente, em pequenas propriedades rurais. É a combinação da atividade agrícola com uma ou mais atividades não agrícolas rentáveis dentro ou fora da propriedade, seja como forma de sobrevivência, complemento de renda ou acumulação de capital. Assim, não há uma única conceituação de pluriatividade, pois ela se encontra em várias situações e em diferentes regiões do país.

Entretanto, para este trabalho, o termo pluriatividade é considerado sob a perspectiva neomarxista de Schneider (2009). Nesse sentido, a pluriatividade que ocorre no meio rural é assim conceituada:

[...] um fenômeno que pressupõe a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura. Estas atividades são exercidas por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consanguinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consanguíneos (adoção), que compartilham entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho (não necessariamente em um mesmo alojamento ou habitação) e se identificam como uma família (Schneider, 2009, p. 3).

Segundo Schneider (2003b), pode ser um recurso da família para garantir a reprodução social do grupo ou do coletivo que lhe corresponde, como também pode ser uma estratégia apenas de um indivíduo que constitui a unidade doméstica.

Schneider (2003a, p. 100) também ressalta a diferença entre pluriatividade e atividades não agrícolas: a primeira é a combinação de atividades agrícolas com não agrícolas; já a segunda envolve atividades não relacionadas diretamente com as atividades agrícolas, mas que, ainda assim, poderiam ser exercidas no campo, como no caso do turismo rural.

Kageyama (2003) constata que existem muitos estudos empíricos que mostram a importância das rendas de origem não agrícola para a sobrevivência das famílias ou de domicílios rurais nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. A autora, ao analisar a evolução da pluriatividade nos domicílios agrícolas e suas possíveis alterações entre 1992 e 2001 no Brasil, verificou que, nesse período, “cerca de um terço dos domicílios agrícolas no Brasil são pluriativos” (Kageyama, 2003, p. 78).

Mattei (2007) também ressalta a importância da pluriatividade no espaço rural brasileiro, pois, para o autor, a pluriatividade serve para mostrar a transição da própria função

da agricultura que, além de produzir alimentos e gerar emprego, favorece o processo de acumulação de capital e contribui para a preservação ambiental, a dinamização e o desenvolvimento do espaço rural. Assim, o autor afirma que as famílias pluriativas são agentes capazes de frear a saída brusca da população das áreas rurais, dando um novo sentido ao processo de produção do espaço rural.

2.1 FATORES QUE RESULTAM NO FENÔMENO DA PLURIATIVIDADE

A pluriatividade resulta da influência mútua entre fatores endógenos, referentes ao ambiente produtivo e às características familiares, e fatores exógenos, relacionados, por exemplo, à demanda por mão de obra, ao processo e ao grau de urbanização e industrialização (Marques; Lopes, 2007). É o que pode ser constatado a seguir sobre esses fatores e outros que levam o trabalhador do campo a recorrer à pluriatividade.

Diante disso, a pluriatividade, na agricultura familiar, pode ocorrer em função de mudanças estruturais no campo, as quais se intensificaram a partir da década de 1970 em decorrência do processo denominado modernização da agricultura. É o que afirma Graziano da Silva (1999).

Schneider (2006) faz uma digressão a esse respeito e também destaca a modernização da agricultura como um dos fatores responsáveis pela pluriatividade. De acordo com o autor, em função do intenso processo de modernização tecnológica nas atividades agropecuárias e do aumento da externalização de etapas dos processos produtivos, ou seja, o produtor rural consegue baixar seus custos de produção transferindo às empresas de serviços externos a gestão e execução de parte substancial do processo produtivo, ocorrendo assim, a diminuição dos ativos rurais e da mão de obra. Portanto, a disponibilidade de mão de obra dos membros das famílias torna-se um fator que os estimula a buscar ocupação em atividades não agrícolas. O autor afirma que há outros fatores causais que são consequências da modernização agropecuária. Esse é o caso da terceirização agrícola e da queda das rendas agrícolas. No caso da primeira, refere-se à subcontratação ou ao aluguel de maquinários e equipamentos e contratação de serviços de terceiros. Quanto à segunda, essa queda no rendimento decorre do fato de que a modernização agropecuária exige um investimento de capital para a aquisição de maquinários, adubos, defensivos etc., elevando o custo de

produção, assim, o produtor precisará garantir produtividade das safras acima da média para ter lucro, caso contrário, acaba diminuindo a sua rentabilidade. Essa situação acaba levando muitas famílias a buscarem atividades não agrícolas como mecanismo de complementação de renda.

De acordo com Silva (2016, p. 258), “a pluriatividade seria um fenômeno resultante de um amplo processo de transformação agrícola inteiramente ligado à dinâmica geral da economia (divisão do trabalho)”, mas também guarda certas especificidades, como as condições naturais do território; os contextos político e econômico nos quais as unidades familiares estão inseridas; a estrutura fundiária (dualidade entre pequenas e grandes propriedades); relações de proximidade e interdependência com grandes centros urbanos; herança sócio-histórica (tradições e desigualdades no acesso à terra).

De acordo com Mattei (1999), verifica-se, na literatura especializada, uma gama de interpretações sobre as razões de o produtor rural ter uma ou mais atividades, as quais podem ser a econômica, como por exemplo, a dimensão das unidades de exploração, níveis de rendimento, inserção nas economias locais etc. O social, como a melhoria dos níveis de escolaridade dos filhos, desejo de ascender socialmente etc. O Pessoal, como por exemplo, o aumento dos padrões de consumo, buscar outras carreiras etc. O contextual, como a disponibilidade de emprego no entorno. O lazer, como no caso das chácaras de final de semana, o turismo rural, áreas de preservação ambiental etc.

Além disso, pode haver mudanças nos mercados de trabalho, em função da dinâmica do mercado de trabalho não agrícola, como, por exemplo, a descentralização de indústrias que buscam os espaços rurais e geram a expansão de atividades não agrícolas. E ainda há o reconhecimento da importância crescente da agricultura familiar no meio rural, pois a agricultura familiar passou a ser valorizada na contemporaneidade pela sua capacidade de sobreviver em tempos de mercantilização produtiva (Mattei, 1999, p. 13).

Há situações em que a pluriatividade se manifesta na agricultura patronal ou empresarial. São várias situações, como no caso dos profissionais das ciências agrárias, como agrônomos, veterinários e zootecnistas, que são proprietários de propriedades rurais e possuem atividades econômicas nessas unidades, em geral utilizando força de trabalho contratada (Eescher *et al.*, 2014). Há ainda propriedades não familiares, como sítios ou chácaras, que são utilizadas, ao mesmo tempo, para lazer e residência de pessoas que não são agricultores. São os chamados neorrurais, “não constituindo necessariamente uma unidade de produção agropecuária pluriativa” (Escher *et al.*, 2014, p. 651).

Para os estudiosos Silveira; Neumann; Santos (2004), a ocorrência e as particularidades da pluriatividade dependem das circunstâncias do meio no qual ela está inserida, sendo que o grau de desenvolvimento da região ou do país é decisivo para determiná-la.

Com base nessa ressalva, Machado e Caume (2008) esclarecem que há regiões no Brasil mais desenvolvidas que oferecem inúmeras oportunidades não agrícolas às famílias de agricultores, enquanto, em outras regiões, as atividades não agrícolas praticamente não compensam a continuidade na agricultura, pois levam a ocupações exploratórias e desvalorizadas. Como no Brasil existem peculiaridades regionais, a pluriatividade não deve ser encarada como a solução para todos.

Diante disso, em termos regionais, no que se refere a regiões mais desenvolvidas do Brasil, de acordo com Anjos (2003), a região sul do Brasil, integrada por Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, é a segunda região mais importante em termos econômicos, ficando atrás apenas da região Sudeste, liderada pelo estado de São Paulo (Anjos, 2003).

Em relação à renda das pessoas nas regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil, Silva (2013) afirma que, de acordo com dados da PNAD do ano de 2009, a renda dos indivíduos pluriativos é menor que a renda dos exclusivamente agrícolas, o que indica o fato de que a agricultura familiar demonstra ser mais especializada. Nessas regiões, a pluriatividade é utilizada como um recurso para diversificação e complementação da renda, e não para manutenção desta.

Portanto, as famílias praticam a pluriatividade, na expectativa da possibilidade de uma boa oportunidade de lucro em determinadas atividades não agrícolas. “Esses são os locais onde os diversos fatores de ascensão à pluriatividade, como educação, conhecimentos e habilidades específicas se destacam. É notório que a pluriatividade se presta para atender as especificidades do mercado” (Silva, 2013, p. 91). Assim, o recurso da pluriatividade é visto como uma forma de diversificação da produção, de complementação da renda, e não como manutenção desta.

Já as regiões brasileiras Norte e Nordeste apresentam características opostas, pois é no Nordeste do Brasil onde se encontram praticamente 80% da agricultura familiar nacional e, conseqüentemente, onde se encontra uma grande porcentagem de indivíduos pluriativos (Anjos, 2003). Porém, Silva (2013) afirma que a atividade não agrícola, no Nordeste e Norte do Brasil, está relacionada à pobreza. As pessoas mais pobres possuem maior necessidade de

ingressar no setor rural não agrícola (RNA), pois nessas duas regiões, encontra-se escassez de recursos, como educação, terra etc. Diante disso, o uso da pluriatividade, para esses indivíduos, está ligado a uma estratégia de sobrevivência. Para tanto, na região Nordeste e Norte, as famílias de baixa renda tendem a realizar mais atividades não agrícolas do que atividades agrícolas.

Contudo, nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, o ingresso na pluriatividade ocorre em função de fatores, tais como: a falta de acesso ao mercado ou ao crédito, seja privado ou por meio de políticas sociais do governo, que passam a exigir dessas famílias outras formas de ganho; a seca; a falta de terra etc. Assim, segundo a autora, nessas regiões, os indivíduos pluriativos estão em maior número, e o fato é que a pluriatividade tem servido para a manutenção da renda (Silva, 2013). Para tanto, consideradas como formas de resistência frente à falta de políticas públicas emancipadoras.

Diante disso, Silva (2016) argumenta que é necessário compreender as diferenças regionais para que se possam implementar ações governamentais para o desenvolvimento de suas potencialidades e atender as suas necessidades sociais.

2.2 TIPOS DE PLURIATIVIDADE

Schneider (2009, p.7) afirma que “não existe um único tipo de pluriatividade e que sua variação decorre dos próprios fatores que estimulam o seu aparecimento”. Desse modo, existem os fatores internos à unidade familiar, tais como a idade, o número de membros da família, a escolaridade, o grau de tecnificação, a disponibilidade de terra etc. Há também os contextos externos e ambientes socioeconômicos em que essas unidades estão inseridas.

Diante das mais distintas causas que resultam no aparecimento desse fenômeno, Schneider (2009) esclarece que, para compreender a ampla diversidade de formas que assume a pluriatividade, considera-se necessário e adequado recorrer a uma classificação dessas famílias segundo o tipo de atividade. Portanto, “referências às várias (pluri) atividades, requer uma definição” (Schneider, 2009, p. 3). Assim, de acordo com o autor, há quatro tipos de pluriatividade na contemporaneidade: tradicional ou camponesa, intersetorial, de base agrária e para-agrícola. É o que pode ser constatado a seguir.

Pluriatividade tradicional ou camponesa: refere-se à situação daquelas famílias semelhantes a sociedades camponesas, ou seja, grupos sociais relativamente autônomos, que

produzem praticamente para o autoconsumo, com uma baixa ou nenhuma relação com o mercado. Tendo como exemplo, o artesanato, elaboração de peças e equipamentos para uso próprio, como ferramentas e utensílios de trabalho (balaies, cestos, material de selaria) produzidos dentro da propriedade rural. “Portanto, trata-se da pluriatividade que sempre existiu e caracteriza de forma genuína as unidades de produção familiares no meio rural” (Schneider, 2009, p. 8).

Pluriatividade intersetorial: decorre do processo de encadeamento e articulação da agricultura com os demais setores da economia, a saber: a indústria, o serviço e o comércio. Segundo Schneider *et al.* (2013), é a expressão rural das transformações estruturais mais amplas no mercado de trabalho no período pós-fordista, ligadas aos seguintes fatores: descentralização e realocação industrial, inclusive em espaços rurais e periurbanos; flexibilização das relações de trabalho, o que abrange a subcontratação, precarização, informalização; e fluxo pendular de pessoas que habitam o meio rural, mas trabalham em atividades não agrícolas.

Pluriatividade de base agrária: segundo Schneider *et al.* (2013, p. 25), “decorre da demanda crescente por serviços e atividades resultantes do processo de modernização da agricultura”. É aquela realizada dentro do próprio setor agropecuário, mas é caracterizada pela combinação de atividades agrícolas e atividades não agrícolas.

Pluriatividade para-agrícola: é uma pluriatividade que resulta das atividades que formam um conjunto de operações, tarefas e procedimentos que implicam a transformação, o beneficiamento e/ou processamento de produção agrícola (*in natura* ou de derivados) obtida dentro de um estabelecimento ou adquirida em parte ou na totalidade fora deste, destinada à comercialização (Schneider, 2009). No Brasil, esse empreendimento é denominado agroindústria familiar rural e apresenta diversas formas organizativas e tecnológicas, bem como diversos tipos de escalas e de gestão: familiares, individuais, associativas, cooperativas etc. (Schneider et al., 2013). Portanto, a pluriatividade no meio rural é originada de diversas causas e varia de acordo com as condições sociais e econômicas locais, o ambiente ou o contexto em que ocorrem.

3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Geomorfologicamente, o município de Paiçandu está inserido no Planalto de Maringá, o qual apresenta baixa dissecação, com formas de relevos de topos alongados e aplainados, e as formas dominantes são topos alongados e aplainados, vertentes convexas e vales em “V”, porém o relevo é de baixa declividade. E em menor proporção, o município situa-se no Planalto de Apucarana, o qual apresenta uma alta dissecação do relevo, com topos alongados, vertentes convexas e vales em “V” (Mineropar, 2006).

De acordo com o Mapa de Solo do Estado do Paraná (Embrapa, 2007), o município de Paiçandu possui o predomínio das seguintes classes de solos: Latossolos e Nitossolos, formados pela intemperização de rochas basálticas da Formação Serra Geral. Esses diversos solos (Latosolos e Nitossolos) permitem diversos usos. Diante disso, nesse município, que possui o predomínio de relevo de baixa declividade e solos profundos, os quais são ideais para qualquer tipo de cultura, a paisagem comum é a monocultura de grãos (soja e milho). Sendo assim, até mesmo em pequenas propriedades, encontra-se o uso da terra destina-se à monocultura mecanizada, que, de maneira geral, ocupa a maior extensão das propriedades. De acordo com Lepsch *et al.* (1983), “Em muitos casos, é a topografia do terreno, especialmente a declividade, o principal condicionador de sua capacidade de uso”.

Portanto, o principal uso da terra em Paiçandu, no ano de 2020 (Figura 1), foi para cultivos temporários, o que corresponde a 9.938,51 ha (57,99%).

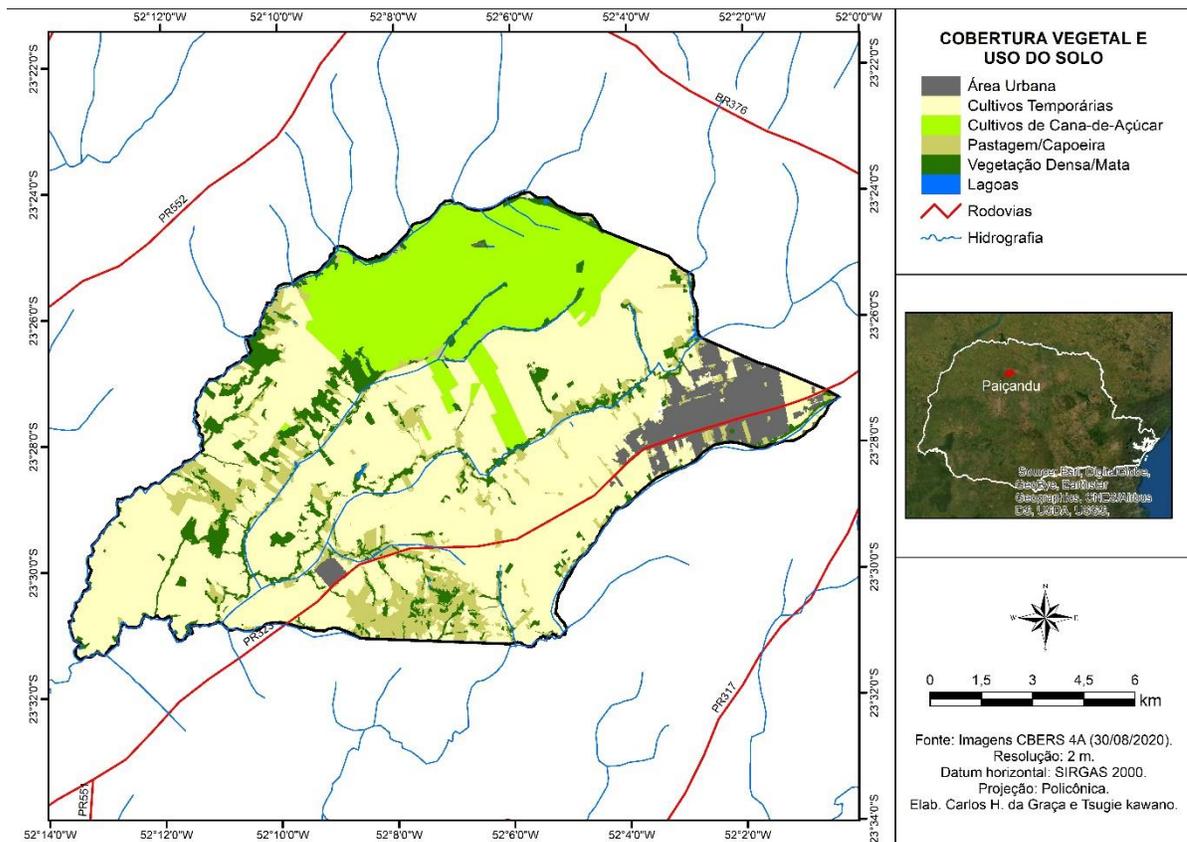


Figura 1 - Cobertura vegetal e uso da terra em Paiçandu (2020)
 Organização: Os autores (2021)

Em segundo plano, o uso foi destinado ao cultivo de cana-de-açúcar, com 3.201,94 ha (18,68%). Em terceiro lugar, tem-se a pastagem, com 1.587,57 ha (9,26%). O restante do uso da terra é para: lagoas, com 23,42 ha (0,14%); vegetação/mata, com 1.455,80 ha (8,49%); e áreas urbanas, com 930,65 ha (5,44%). Em menor proporção, o uso da terra destina-se a diversas outras atividades, tais como: pecuária, sorgo-vassoura, olericultura e criação de animais tais como: avicultura de corte, caprinocultura, suinocultura, ovinocultura e piscicultura (IDR, 2020).

4 VISÃO GERAL DAS PROPRIEDADES E DAS FAMÍLIAS PLURIATIVAS ESTUDADAS EM PAIÇANDU-PR

A escolha por entrevistarmos os dez referidos produtores rurais no município de Paiçandu foi pelo fato de serem considerados representativos desse município para o estudo, uma vez que os entrevistados são de estabelecimentos familiares com uso da terra diversificado, com atividades agrícolas consideradas rentáveis se cultivadas em pequenas áreas, como a bovinocultura de corte e leite, cultivos de mandioca, horticultura, sorgo-vassoura, criação de pequenos animais, entre outros, e o fato de que as famílias são pluriativas.

O uso da terra no município está relacionado a características físicas locais, especialmente relevo e tipos de solos, como foi mencionado anteriormente. Posto isto, o relevo de Paiçandu apresenta formas mais suavizadas, com declividades médias inferiores a 6% (Santos *et al.*, 2006). Nessas porções, onde as declividades são menores que 6%, encontram-se os Latossolos e Nitossolos, que, de acordo com a Embrapa (1984), são solos profundos, com boa porosidade e fertilidade natural. Sendo assim, oferecem condições físico-químicas para o desenvolvimento de cultivos relacionados à produção mecanizada, como de fato se encontra nessas áreas, com a produção de grãos e de cana-de-açúcar. São exemplos as propriedades 05 e 08, cujo tamanho é, respectivamente, 12,1 ha e 8,47 ha, sendo que a maior parte dessas propriedades se situa em áreas com baixas declividades, tendo como principal uso da terra as lavouras mecanizadas (soja e milho).

Porém, há ocorrência de declividades superiores a 20%, que se encontram na porção Sul do município, onde existem solos rasos, como Neossolos Litólicos e Regolíticos, os quais se constituem em fatores que inviabilizam o desenvolvimento da agricultura mecanizada e onde predominam as pastagens (Santos *et al.*, 2006).

Portanto, no município, encontram-se diversos tipos de cultivos e atividades, sendo mais representativos os cultivos de grãos (soja, milho e trigo), cana-de-açúcar e a pecuária de corte e leite, conforme foi apresentado anteriormente no mapa do uso do solo (Figura1). Porém, no distrito de Água Boa, distante 15 km da área urbana de Paiçandu, há muitos anos também encontra-se o uso da terra destinado ao cultivo de sorgo-vassoura. De acordo com o responsável do IDR de Paiçandu (2021):

Essa cultura é utilizada para a confecção de vassouras, conhecidas como vassouras caipiras ou vassouras de melga, sendo considerada uma atividade rentável para a pequena propriedade. Da mesma forma, a pecuária, em grande parte, é uma atividade desenvolvida em pequenas propriedades familiares.

Em relação ao tamanho das propriedades estudadas no município, varia entre 2,36 ha e 12,1 ha (Quadro 1). Contudo, não somente nas propriedades estudadas, como também no município, o predomínio é o de estabelecimentos agropecuários familiares em pequenas propriedades, sendo que, de acordo com o IBGE (2017), existem, atualmente, 179 estabelecimentos agropecuários registrados. Desse total de estabelecimentos, 50 estabelecimentos (27,93%) são da agricultura não familiar, que ocupa uma área total de 10.829 ha (76,98%). Em contra partida, do total de estabelecimentos existentes em Paiçandu, 129 (72,07%) são da agricultura familiar, ocupando uma área total de apenas 3.237 ha (23,02%). E desse total de propriedades familiares, cerca de 50 unidades são caracterizadas como pluriativas. E como representativos para o estudo, foram amostrados 10 unidades (20%).

Propriedade (unidade familiar) / Condição do produtor	Tamanho da propriedade (ha)	Distância até a cidade (km)
01 - Proprietário	2,36	9
02 - Proprietário	9,68	12
03 - Proprietário	7,26	15
04 - Arrendatário	3	10
05 - Proprietário	12,1	4
06 - Proprietário	2,8	12
07 - Proprietário	7,26	10
08 - Arrendatário	8,47	1,5
09 - Arrendatário	4,84	9
10 - Proprietário	2,36	12

Quadro 1 - Condição do produtor, tamanho e distância da propriedade até a cidade de Paiçandu
Fonte: Dados de pesquisa de campo (2021)

O Quadro 1 mostra que os proprietários são os que predominantemente exploram a terra nas propriedades estudadas em Paiçandu. Das dez propriedades visitadas, em apenas três, há arrendatários (propriedades 04, 08 e 09). De fato, não somente nas propriedades estudadas como também em todo o município, a grande maioria dos produtores é constituída por proprietários, pois de acordo com o Censo Agropecuário 2017, existem 145 proprietários, 33 arrendatários e 1 comodato (IPARDES, 2021). O arrendamento nesse município é realizado, principalmente, para a produção de grãos (soja, milho e trigo).

As propriedades familiares pluriativas estudadas estão localizadas nas proximidades da área urbana de Paiçandu, em distâncias que variam de 1,5 km a 15 km (Quadro 1). As propriedades 05 e 08, com distâncias de 4 km e 1,5 km, respectivamente, estão localizadas nas proximidades da área urbana de Paiçandu. Já as propriedades restantes estão mais distantes da área urbana de Paiçandu, porém estão próximas do distrito de Água Boa, com o qual mantêm maior vínculo. Essa proximidade em relação ao meio urbano é um dos fatores exógenos que estimula o acesso dos membros das famílias rurais a buscarem, em atividades não agrícolas, uma complementação das suas rendas, deslocando-se diariamente para cumprirem turnos de trabalho na indústria, no comércio e em outros setores, ou para comercializarem seus produtos nos mercados da cidade ou em feiras do produtor, mantendo seu vínculo direto com a terra onde moram. Assim, de acordo com Graziano da Silva (1999), a urbanização do campo, a aproximação territorial entre campo e cidade, e os limites de crescimento do próprio emprego agrícola são fatores que resultam no fenômeno da pluriatividade.

4.1 OS PRINCIPAIS FATORES MOTIVADORES DA PLURIATIVIDADE APONTADOS PELAS FAMÍLIAS RURAIS ESTUDADAS EM PAIÇANDU

Na unidade familiar, pode haver mais de um motivo para a realização da atividade não agrícola (pluriatividade). Contudo, ao questionarmos os produtores das 10 propriedades visitadas no município de Paiçandu sobre os principais fatores que influenciaram membros da família a praticarem a pluriatividade, 7 famílias responderam que é para a complementação de renda, caso das propriedades: 01, 02, 03, 04, 05, 07 e 09 (Figura 2).

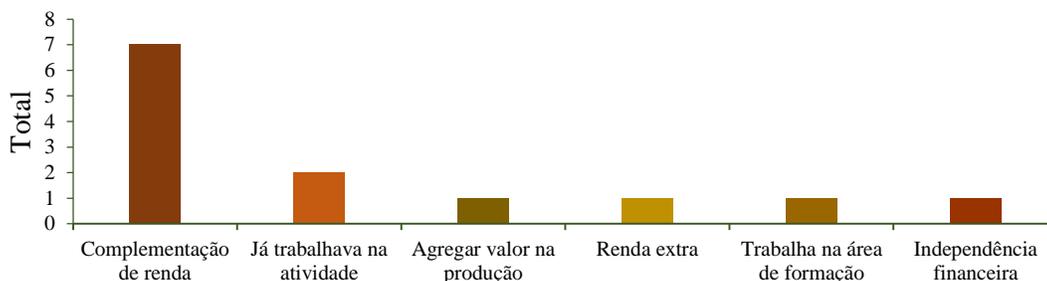


Figura 2 - Motivos de membros das famílias rurais entrevistadas em Paiçandu praticarem a pluriatividade

Fonte: Dados de pesquisa de campo (2021)

Portanto, os agricultores buscam, na pluriatividade, uma fonte complementar de renda, para suprir a necessidade básica da família, assim como para promover a melhoria das propriedades. Diante disso, verifica-se que a agricultura familiar está buscando, cada vez mais, alternativas para não depender somente da produção agrícola, pois está realizando atividades não agrícolas para a sua complementação de renda.

Contudo, o entendimento sobre a pluriatividade, para Alentejano (2001), é o de que esse fenômeno é praticado por agricultores em sua propriedade rural ou fora dela, em função de diversos fatores, como, por exemplo, uma situação de complementação de renda porque a renda obtida apenas com a produção agrícola não é suficiente para a manutenção da família ou por oportunidades de trabalhos rentáveis.

Na propriedade 03 (7,26 ha), além de ter a complementação de renda como fator motivacional da pluriatividade na família, ainda existe mais um motivo, pois membros da família têm como fator motivacional da pluriatividade o fato de já terem trabalhado na atividade mencionada (Figura 2), ou seja, de fazerem tapioca e coxinha derivadas de mandioca quando moravam na cidade.

O motivo que estimula toda a família da propriedade 06 (2,8 ha) a buscar a pluriatividade é o fato de agregar valor à produção, pois se trata de uma família de feirantes.

O fator causal de a família da propriedade 08 (8,47 ha) praticar a pluriatividade é obter uma renda extra com a sua agroindústria de polpa de maracujá.

Na propriedade 09 (4,84 ha), além de um membro da família (esposo) ter a complementação da renda como fator motivacional da pluriatividade, ainda existem mais dois motivos para a família realizar a pluriatividade: o fato de 1 indivíduo (esposa) trabalhar na área de formação e o fato de outro indivíduo (filho) obter independência financeira.

Por fim, na propriedade 10 (2,36 ha), a pluriatividade é praticada devido ao fato de que o indivíduo (esposo) já trabalhava na atividade (funcionário público na prefeitura) antes de residir na propriedade rural (Figura 2).

De acordo com Schneider (2006), a pluriatividade é também em razão da incorporação crescente do progresso técnico, o que acaba dispensando a força de trabalho. Para tanto, o autor destaca a modernização da agricultura como um dos fatores responsáveis pela pluriatividade. É o que pode ser constatado na entrevista cedida pelo responsável do IDR de Paiçandu-PR (2021), pois a sua afirmação foi de que:

No caso de pequenas propriedades com o uso da terra destinado a lavouras mecanizadas em Paiçandu, os produtores são pluriativos porque as propriedades que exploram grãos como a soja, milho safrinha e trigo passam uma boa parte do ano ociosos.

Portanto, a pluriatividade é também em razão da incorporação crescente do progresso técnico, o que acaba dispensando a força de trabalho. É o que pode ser constatado em Schneider (2006), que o autor destaca a modernização da agricultura como um dos fatores responsáveis pela pluriatividade.

Contudo, o principal motivo de as famílias entrevistadas de Paiçandu praticarem a pluriatividade é a complementação de renda da família. Diante disso, Silva (2013) afirma que a agricultura familiar das regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil é mais especializada. Assim, de acordo com a autora, nessas regiões, a pluriatividade é utilizada como um recurso para diversificação e complementação da renda, e não manutenção desta. Portanto, as famílias praticam a pluriatividade na expectativa da possibilidade de uma boa oportunidade de lucro em determinadas atividades não agrícolas.

Apesar de no município de Paiçandu serem poucos os casos, é possível encontrar produtor rural cujo uso da pluriatividade é uma estratégia de sobrevivência. Um exemplo é o produtor da propriedade 04 (3 ha), pois ao ser questionado por qual motivo a família pratica atividades não agrícolas, a resposta desse produtor foi de que:

No começo, foi questão de sobrevivência, agora é para complementar a renda.

Há diversos fatores que determinam a superação de momentos de crises, tais como fatores sociais, políticas, econômicas etc. Porém, no município de Paiçandu, os produtores rurais contam com um aliado para saírem da situação de pobreza, de momentos de crise financeira, pois visto que o município, mesmo em pequenas propriedades, possibilita um bom aproveitamento da terra, em razão de que o relevo de baixa declividade e o predomínio de Latossolos e Nitossolos, que, de acordo com a Embrapa (1984), são solos espessos, com boa porosidade e que possuem uma fertilidade natural, o que torna possível o cultivo de culturas mecanizadas, assim como qualquer outro tipo de cultura.

Em relação ao nível de escolaridade, 9 (22%) possuem o ensino fundamental, 21 (51%) concluíram o ensino médio e 11 (27%) cursaram o ensino superior. Contudo, diferentemente das regiões Nordeste e Norte, onde se encontra escassez de recursos, como

educação, falta de terra etc., nas outras regiões, como afirma Silva (2013), o uso da pluriatividade para esses indivíduos está ligado a uma estratégia de sobrevivência.

4.2 TIPOS DE PLURIATIVIDADE NOS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES ESTUDADOS EM PAIÇANDU

Conforme mencionamos anteriormente sobre a tipologia de pluriatividades construída por Schneider (2009), sendo a tradicional ou camponesa, da intersetorial, de base agrária e para-agrícola. Contudo, a seguir, verifica-se os tipos de pluriatividade nos estabelecimentos familiares estudados nesse município.

A Tabela 1 mostra que, em relação à quantidade de membros familiares que residem nas 10 propriedades estudadas no município de Paiçandu, variou de 2 membros (propriedade 04) até 8 membros (propriedade 05), sendo, em média, 4 membros em cada família. O principal tipo de pluriatividade encontrada foi a pluriatividade para-agrícola, exercida por um total de 28 membros familiares. Em segundo lugar, encontra-se a pluriatividade intersetorial, com um total de 16 membros familiares. Em terceiro lugar, tem-se a pluriatividade de base agrária, exercida por apenas 1 membro familiar. Já a pluriatividade tradicional ou camponesa, aquela que não visa à mercantilização, não foi encontrada nas unidades familiares visitadas em Paiçandu.

Tabela 1 – Total de membros nas unidades familiares estudadas e os tipos de pluriatividade, de acordo com Schneider (2009): intersetorial, de base agrária e para-agrícola, em Paiçandu

Propriedade de (Unidade familiar)	Total de membros familiares	Tipos de Pluriatividade		
		Pessoas envolvidas/Intersetorial	Pessoas envolvidas/ Base agrária	Pessoas envolvidas/Para-agrícola
1	4	1 (Músico), 3 (Turismo), 3 (Agroindústria familiar de biscoito e rosquinha).	-	3 (Venda de peixe processado).
2	3	-	-	3 (Feirante).
3	5	-	-	3 (Artesão - confecção de vassoura), 3 (Agroindústria de salgados).
4	2	2 (Turismo rural).	-	2 (Agroindústria artesanal de conservas).
5	8	1 (Mestre de obra), 1 (Pedreiro), 1 (Diarista).	1 (Mensalista em fazenda).	4 (Agroindústria artesanal de linguiça).
6	4	-	-	4 (Feirante).
7	4	-	-	2 (Feirante).
8	3	1 (Caminhoneiro autônomo).	-	2 (Agroindústria de polpa de maracujá).
9	4	1 (Professora), 1 (Comércio).	-	2 (Artesão - confecção de vassoura).
10	4	1 (Funcionário público).	-	-
Total	41	16	1	28

Fonte: Dados de pesquisa de campo (2021)

Observou-se que o número maior de pessoas que realizam atividades não agrícolas em cada família refere-se àquelas envolvidas na pluriatividade para-agrícola, a qual abrange a agroindústria familiar e a feira. No caso da agroindústria, tem-se: a propriedade 03, com três membros envolvidos na agroindústria de salgados derivados de mandioca; a propriedade 04, com dois membros envolvidos na agroindústria de conservas; a propriedade 05, com quatro membros na agroindústria de linguiça suína; e a propriedade 08, com dois membros que trabalham com a agroindústria de polpa de maracujá (Tabela 1), sendo os produtos comercializados na própria propriedade, na feira e no centro urbano de Paiçandu.

A pluriatividade para-agrícola é a evolução da produção para autoconsumo que passa a ser destinada à venda. No Brasil, esses empreendimentos vêm sendo chamados

agroindústrias rurais familiares, que possuem os mais diversos tipos de escalas e formas de gestão (individuais, associativas, cooperativas etc.). São pequenos agricultores que “vislumbram uma forma de inserção econômica e mercantil por mecanismos diferentes dos usuais esquemas de integração agroindustrial como as aves e suínos ou a produção de *commodities* como a soja” (Schneider, 2009, p.11).

No caso dos feirantes, estes se encontram nas propriedades 02, 06 e 07. Na propriedade 02 (9,68 ha), os três membros da família trabalham como feirantes há 28 anos, sendo 6 anos na feira de Paiçandu (de 1993 a 1999) e o restante na feira do município vizinho, Doutor Camargo. Na propriedade 06, os quatro membros da família trabalham como feirantes há 7 anos na área urbana de Paiçandu. E, na propriedade 07 (7,26 ha), dois membros da família trabalham há 15 anos como feirantes na Feira do Produtor de Maringá. Portanto, esses feirantes realizam a pluriatividade por muitos anos, constituindo, assim, uma atividade não agrícola consolidada. Dessa forma, segundo Del Grossi (1999), a pluriatividade tornou-se permanente nas unidades familiares rurais brasileira, tendo em vista o novo ambiente social e econômico existente.

Portanto, na pluriatividade para-agrícola, dos 28 membros das unidades familiares estudadas, o predomínio foi da agroindústria familiar, com um total de 11 membros (39%). Em seguida, tem-se a atividade de feirante, com um total de 9 membros familiares (32%). Em terceiro lugar, vem o artesanato, com um total de 5 membros (18%), que confeccionam vassouras chamadas vassouras caipiras ou de melga. E, por fim, 3 indivíduos (11%) produzem e comercializam os peixes processados na propriedade (Tabela 1).

A pluriatividade intersetorial encontra-se nas propriedades 01, 04, 05, 08, 09 e 10. Na propriedade 01, a família possui duas atividades consideradas intersetoriais, pois o esposo atua como músico nas suas horas vagas, e toda a família está envolvida na atividade de turismo rural e na agroindústria familiar de biscoito e de rosquinha, os quais são comercializados em loja de produtos naturais em Maringá e para o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura familiar (PAA), bem como para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). No caso da propriedade 01,za a agroindústria familiar não é considerada pluriatividade para-agrícola, mas sim pluriatividade intersetorial, porque a matéria-prima utilizada na fabricação dos biscoitos e das rosquinhas não é da própria propriedade ou de propriedades rurais do entorno; é matéria-prima comprada no comércio.

Na propriedade 04, o produtor (54 anos de idade) e sua esposa (67 anos) trabalham com o turismo rural, pois possuem um espaço de lazer: a conhecida Prainha São Carlos, situada no distrito de Água Boa, onde há várias piscinas com minas de água especiais, pois se trata de água mineral, que traz benefícios para o organismo das pessoas. Portanto, atualmente, os agricultores familiares realizam novas atividades no campo para diversificarem suas rendas; assim, “as atividades ligadas ao lazer, turismo rural, beneficiamento de produtos, além de prestação de serviços são algumas atividades em destaque no meio rural contemporâneo” (Conceição, 2020, p. 105). O turismo rural, neste artigo, é considerado atividade intersetorial, pois se trata de outro ramo de atividade; portanto, famílias rurais que possuem membros ocupados nessa atividade são enquadradas na classificação denominada pluriatividade intersetorial.

Na propriedade 05 (12,1 ha), três membros da família, além de trabalharem na agricultura, trabalham fora da unidade de produção no setor de serviços. O esposo (53 anos) trabalha como mestre de obras, o filho (22 anos) como pedreiro e a esposa (53 anos) como diarista na cidade de Maringá, a 16 km de Paiçandu. Contudo, os municípios da Região Metropolitana de Maringá apresentam integração social e econômica, como exemplifica o fluxo de pessoas e mercadorias. Assim, a agricultora dessa propriedade trabalha como diarista em Maringá há 20 anos e realiza o movimento pendular, deslocando-se de seu município de origem para trabalhar no município vizinho e retornando ao final do dia. Diante disso, segundo Schneider *et al.* (2013), a pluriatividade intersetorial é decorrente do crescente processo de encadeamento e de articulação da agricultura com os demais setores da economia: o comércio, a indústria e os serviços. Está ligada à flexibilização das relações de trabalho, que envolve a subcontratação, a precarização, a informalização, e ao fluxo pendular de pessoas que habitam o meio rural, mas trabalham em atividades não agrícolas.

Na propriedade 08, o produtor rural (49 anos) é caminhoneiro (autônomo) nas horas livres. Na propriedade 09, a esposa (46 anos) trabalha como professora e o filho (22 anos) atua no comércio. Por fim, na propriedade 10, o esposo (34 anos) trabalha como funcionário público na prefeitura de Paiçandu. O responsável do IDR de Paiçandu-PR (2021), afirma que:

No município de Paiçandu, a pluriatividade intersetorial mais praticada pelos produtores familiares relaciona-se a atividades na construção civil, no magistério e como diarista.

A partir do exposto, é possível constatar que as características do novo rural relacionam-se, segundo Schneider (2010, p. 521), às famílias pluriativas, que são aquelas que “combinam atividades agrícolas e não-agrícolas e promovem a integração intersetorial, que é a combinação de atividades agrícolas com ocupações fora da agricultura (agricultura com comércio e serviços) e interespacial (rural com urbano)”.

Dentre as 10 propriedades estudadas no município, encontra-se, ainda, a pluriatividade de base agrária, exercida por apenas 1 membro familiar da propriedade 05, onde o cunhado (60 anos) trabalha fora de sua unidade de produção como mensalista em uma fazenda. Porém, de forma geral, a pluriatividade de base agrária existente no município de Paiçandu, de acordo com o responsável do IDR de Paiçandu-PR (2021), afirma que:

São alugueis de maquinários agrícolas (utilizados no plantio, na colheita, nos tratos culturais, no preparo dos solos), boia-fria etc.

Essa pluriatividade de base agrária, segundo Schneider (2013), é realizada dentro do próprio setor agropecuário e decorre da demanda crescente por serviços e atividades resultantes do processo de modernização da agricultura. Ela se manifesta de três formas, sendo a primeira por meio dos indivíduos que residem no meio rural e, em suas horas vagas, trabalham na prestação de serviços com máquinas e equipamentos. A segunda ocorre mediante contratação de pessoas que moram no meio rural e integram famílias de agricultores para atuar em atividades, tais como: processamento, beneficiamento, transporte, comercialização etc. Finalmente, a terceira ocorre por meio da informalidade e da precariedade da venda da força de trabalho no meio rural, como é o caso do referido indivíduo da propriedade 05.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os resultados obtidos em campo, constatamos que são várias as situações que levam os produtores rurais de Paiçandu a praticarem a pluriatividade. Sendo assim, nas 10 famílias de agricultores entrevistados no município, o principal fator motivador da pluriatividade apontado pelas famílias estudadas foi a complementação de renda e, em menor proporção, outros motivos que contribuíram para a ocorrência de casos de pluriatividade foram: agregar

valor à produção, renda extra, o indivíduo já trabalhava na atividade, trabalhar na área de formação e independência financeira. Assim, esse fenômeno é um mecanismo de adaptação das explorações familiares diante das crescentes dificuldades de reproduzirem-se apenas com a atividade agrícola.

Com esse estudo, verificamos que, diante das mais distintas causas que resultam no aparecimento do fenômeno pluriatividade, há quatro tipos de pluriatividades contemporâneas: tradicional ou camponesa, para-agrícola, intersetorial, e de base agrária. E nas 10 propriedades estudadas no município de Paiçandu, a pluriatividade mais encontrada foi a atividade para-agrícola praticada por um total de 28 membros familiares. Na pluriatividade intersetorial, foram encontrados um total de 16 indivíduos. Na atividade de base agrária, foi encontrada apenas 1 indivíduo. Já na pluriatividade tradicional, não foi encontrado nenhum indivíduo com esse tipo de atividade.

Contudo, o número maior de pessoas que realizam atividades não agrícolas nas propriedades familiares desse município em questão, refere-se àquelas envolvidas na pluriatividade para-agrícola, a qual abrange a agroindústria familiar e a feira. No caso da agroindústria, tem-se produtores familiares envolvidos na agroindústria de salgados derivados de mandioca; confecção de vassouras artesanais, conservas; de linguiça suína; e que trabalham com a agroindústria de polpa de maracujá. Para tanto, esse tipo de pluriatividade é uma forma de organização onde a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agropecuária, visando agregação de valor.

No caso dos feirantes, nas propriedades estudadas, encontramos feirantes, em que membros de produtores rurais que trabalham nessa atividade há 28 anos, sendo o caso da propriedade 02. Na propriedade 06, membros da família trabalham como feirantes há 7 anos na área urbana de Paiçandu. E, na propriedade 07, dois membros da família trabalham há 15 anos. Portanto, esses feirantes realizam a pluriatividade por muitos anos, constituindo, assim, uma atividade não agrícola consolidada.

Na pluriatividade intersetorial foram encontrados produtores rurais com diversas atividades, tais como: produtor que atua como músico nas suas horas vagas; na agroindústria familiar de biscoito e de rosquinha, em que nesse caso, a agroindústria familiar não é considerada pluriatividade para-agrícola, mas sim pluriatividade intersetorial, porque a matéria-prima utilizada na fabricação dos biscoitos e das rosquinhas não é da própria propriedade ou de propriedades rurais do entorno, mas sim, matéria-prima comprada no comércio. O turismo rural, nesse artigo também é considerado como pluriatividade intersetorial, pois se trata de outro ramo

de atividade, portanto, famílias rurais que possuem membros ocupados nessa atividade são enquadradas na classificação denominada pluriatividade intersetorial.

Como pluriatividade intersetorial, também encontramos nas propriedades estudadas atividades como mestre de obras, pedreiro, caminhoneiro autônomo, professor, funcionário público na prefeitura e diarista. Contudo, a pluriatividade intersetorial é decorrente do crescente processo de encadeamento e de articulação da agricultura com os demais setores da economia, sendo o comércio, a indústria e os serviços.

No que se refere à pluriatividade de base agrária, foi encontrada apenas um membro familiar, onde o indivíduo trabalha fora de sua unidade de produção como mensalista em uma fazenda. Para tanto, nesse caso, ocorre por meio da informalidade e da precariedade da venda da força de trabalho no meio rural. De forma geral, de acordo com o questionário concedido pelo responsável do IDR local, encontra-se outras atividades nesse município, como o aluguel de maquinários agrícolas, utilizados no plantio, na colheita, nos tratos culturais, no preparo dos solos, boia-fria etc. Contudo, essa pluriatividade de base agrária é realizada dentro do próprio setor agropecuário, decorrente da demanda crescente por serviços e atividades resultantes do processo de modernização da agricultura. Para tanto, os tipos de atividades agrícolas no município em questão, variam de acordo com suas características físicas, sociais e econômicas.

Diante do exposto, com o avanço do capitalismo no campo, a pluriatividade é um mecanismo para a reprodução social e econômica do pequeno agricultor familiar. Porém, para que esses produtores rurais obtenham sucesso, melhor condição de vida e a diminuição do êxodo rural, são necessárias políticas públicas que fortaleçam a prática da pluriatividade. E faz-se necessário compreender as diferenças regionais e locais para que se possa realizar ações governamentais para o desenvolvimento de suas potencialidades e vocações para atender as suas necessidades socioeconômicas.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? *In*: TEDESCO, J.C. (org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: Ed. UPF, 2001. p. 149-175.

ANJOS, Flávio Sacco dos. Pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 20, n. 1, p. 11-44, jan./abr. 2003.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense: 1900-1970**. 1977. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. São Paulo: [s. n.], 1975.

CONCEIÇÃO, Fabrícia Carlos da. Multifuncionalidade e pluriatividade rural: uma revisão bibliográfica. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína, v. 10, n. 18, p. 103-112, ago. 2020.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **Evolução das ocupações não agrícolas no meio rural brasileiro: 1981-1995**. 1999. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

EMBRAPA. **Levantamento de reconhecimento dos solos do estado do Paraná**. Londrina: Sudesul: Embrapa: Iapar, 1984. tomo I.

EMBRAPA. **Mapa de solos do estado do Paraná**. Rio de Janeiro: Embrapa - Solos e Florestas, 2007.

ESCHER, Fabiano *et al.* Caracterização da pluriatividade e dos plurirrendimentos da agricultura brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. 4, p. 643-668, out./dez. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, Jose. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 29 abr. 2021.

IDR. **Plano de trabalho municipal (PTI): Paiçandu**. [S. l.: s. n.], 2020.

IPARDES. **Cadernos municipais 2021**. Curitiba: IparDES, 2021. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Cadernos-municipais>. Acesso em: 2 maio 2021.

KAGEYAMA, Angela. Diversificação das rendas nos domicílios agrícolas no Brasil, 1992 e 2001. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 65-86, jan./jun. 2003.

LEPSCH, Igo Fernando *et al.* **Manual para levantamento utilitário do meio físico e classificação de terras no sistema de capacidade de uso**. Campinas: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 1983.

MACHADO, Andre Grossi; CAUME, David Jose. Multifuncionalidade e pluriatividade como alternativas de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. *In: CONGRESSO DA*

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. **Anais** [...]. Brasília, DF: SOBER, 2008.

MARQUES, Lenita Maria; LOPES, Luiz Antonio. A pluriatividade na Mesorregião Metropolitana de Curitiba. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 113, p. 147-174, jul./dez. 2007.

MATTEI, Lauro Francisco. **Pluriatividade e desenvolvimento rural no estado de Santa Catarina**. 1999. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

MATTEI, Lauro Francisco. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. **RER**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 1055-1073, out./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/resr/v45n4/a11v45n4.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2020.

MINEROPAR. Serviço Geológico do Paraná. **Atlas geomorfológico do estado do Paraná**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006. Disponível em: http://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/atlas_geomorforlogico_parana_2006.pdf. Acesso em: 19 out. 2020.

SANTOS, L. J. C. *et al.* Mapeamento geomorfológico do estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 3-12, 2006, jul./dez. 2006.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, jan. 2003a.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003b.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade no Brasil: proposta de tipologia e sugestão de políticas. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44., 2006, Fortaleza. **Anais** [...]. Brasília, DF: SOBER, 2006. 1 CD-ROM.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. *In*: GRAMMONT, Hubert Carton de; MARTINEZ VALLE, Luciano (org.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. Quito, Equador: Ed. Flacso, 2009. v. 1. p. 132-161.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 30, n. 3, p. 511-531, jul./set. 2010.

SCHNEIDER, Sergio *et al.* **Pluriatividade e plurirrendimentos nos estabelecimentos agropecuários do Brasil e das regiões Sul e Nordeste**: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006. Brasília, DF: IPEA, 2013. Relatório de Pesquisa. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7596/1/RP_Pluriatividade_2013.pdf. Acesso em: 24 set. 2021.

SILVA, Alda Pinto da. **Atividades rurais não-agrícolas**: pluriatividade e desigualdades socioeconômicas nas grandes regiões do Brasil. 2013. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2013.

SILVA, Sandro Pereira. Agricultura familiar e território: aspectos conceituais e analíticos sobre a multifuncionalidade e a pluriatividade. **Campo - Território**: Revista de Geografia Agrária, [s. l.], v. 11, n. 22, p. 243-270, abr. 2016.

SILVEIRA, Laurício Bighelini da; NEUMANN, Pedro Selvino; SANTOS, Vilson Flores dos. Pluriatividade na agricultura família, as diferentes visões teóricas. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 6., 2004, Aracaju. Anais [...]. Aracaju: [s. n.], 2004.

Recebido em 18/02/2024

Aprovado em 15/11/2024